

Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/19, de 13/12/2019

Aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2020/2021 e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 9ª Reunião Ordinária Conjunta, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, de 28/08/2009 – alterada pelas Deliberações dos Comitês PCJ nº 073/10, de 19/03/2010; nº 115/11, de 28/06/2011; nº 169/13, de 27/03/2013; e nº 321/2019, de 19/07/2019 – que aprovou a revisão das normas gerais para criação e funcionamento de Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, prevendo dentre outras ações, a elaboração dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas, compatível com o Plano das Bacias PCJ vigente e cronograma de trabalho dos Comitês PCJ;

Considerando que, no âmbito dos Comitês PCJ, estão criadas e em funcionamento 12 Câmaras Técnicas e diversos grupos de trabalho;

Considerando que, em julho de 2019, de acordo com os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, iniciou-se um novo mandato para os membros dos Comitês PCJ, gestão 2019-2021;

Considerando que no período de agosto a novembro de 2019 as Câmaras Técnicas elaboraram propostas de planos de trabalho, com ações, atividades e temas a serem desenvolvidos no período compreendido entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021, que foram consolidadas em dezembro de 2019;

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/16, de 16/12/2016, que aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP-PCJ, para o exercício 2017-2020;

Considerando o relatório de avaliação das ações do PAP-PCJ, para o exercício 2018 e planejamento das ações para os exercícios 2019 e 2020, aprovado pelas Câmaras Técnicas do Plano de Bacias (CT-PB) e de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ;

Considerando a existência de orçamento previsto no PAP-PCJ 2017-2020 para somente o exercício de 2020 e que o PAP-PCJ 2021-2024 deverá ser aprovado até dezembro de 2020, torna possível a previsão orçamentária para a realização das ações previstas nos Planos de Trabalho, neste primeiro momento, somente para o ano de 2020, devendo ser elaborado orçamento para 2021 para a continuidade das ações previstas;

Considerando que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, reunida em 13/11/2019, nas dependências do Consórcio PCJ em Americana/SP, em sua 77ª Reunião Ordinária, apreciou e aprovou a proposta dos planos de trabalho e orçamentos 2020 das CTs dos Comitês PCJ.

Deliberam:

Art. 1º - Ficam aprovados os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2020-2021, exceto o da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), que seguem consolidados no ANEXO I desta Deliberação.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Parágrafo único. As atividades dos Planos de Trabalho das CTs estão divididas em três categorias, detalhadas no ANEXO I, conforme segue:

- I. CATEGORIA A: Atividades de rotina;
- II. CATEGORIA B: Temas para discussão; e
- III. CATEGORIA C: Eventos.

Art. 2º - Ficam aprovadas as normas gerais e procedimentos, incluindo orçamento anual específico para cada uma das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para o exercício de 2020, que constam no ANEXO II, para a realização das atividades propostas pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ nos Planos de Trabalho aprovados no ANEXO I.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelos Comitês PCJ.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

Publicada no DOE em 14/12/2019.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ANEXO I – Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/2019, de 13/12/2019

CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

2020-2021



COMITÊS PCJ

Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

Dezembro 2019

CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

I - INTRODUÇÃO

Em julho de 2019 foi realizada a renovação da composição das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, de acordo com os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento das CTs.

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 321/19, estabelece que as CTs, com exceção da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), “[...] deverão elaborar, para cada mandato, um Plano de Trabalho mínimo, compatível com o Plano das Bacias PCJ e o cronograma de trabalho dos Comitês PCJ, cuja vigência se estenderá até a consolidação e aprovação, pelos Comitês PCJ, dos Planos de Trabalho do mandato seguinte”.

Atualmente, além da CT-PL, os Comitês PCJ contam com o apoio de 11 Câmaras Técnicas temáticas, a saber:

- ✓ Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)
- ✓ Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)
- ✓ Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)
- ✓ Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria)
- ✓ Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)
- ✓ Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)
- ✓ Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB)
- ✓ Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN)
- ✓ Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural)
- ✓ Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA)
- ✓ Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM)

Dessa forma, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ orientou e solicitou às coordenações das respectivas CTs que elaborassem seus Planos de Trabalho. Disponibilizou, para tanto, formulários específicos, nos quais foram elencadas, pelas CTs, as atividades a serem desenvolvidas no período 2020-2021. As atividades propostas foram aprovadas pelas CTs e sua consolidação consta neste anexo.

II – ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES DOS PLANOS DE TRABALHOS

As atividades dos Planos de Trabalho das CTs estão divididas em três categorias:

- Categoria A: Atividades de rotina;
- Categoria B: Temas para discussão; e
- Categoria C: Eventos.

Para a realização das ações previstas para os anos de 2020 e 2021, as Câmaras Técnicas comporão, eventualmente, grupos de trabalho, de acordo com a necessidade verificada para o desenvolvimento das atividades.

A) CATEGORIA A: Atividades de rotina

Consideram-se atividades da Categoria A aquelas enquadradas como rotina de cada Câmara Técnica, derivadas de suas atribuições. Tais atividades estão vinculadas às normais gerais de estruturação e funcionamento das Câmaras Técnicas, constantes na Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09 e na Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, que revisou as atribuições e competências das CTs.

As CTs podem receber outras atribuições dos Plenários dos Comitês PCJ, através de deliberações específicas, bem como demandas oriundas dos Plenários, da Diretoria, da CT-PL e da Agência das Bacias PCJ mediante encaminhamento do secretário-executivo.

B) CATEGORIA B: Temas para discussão

Na Categoria B foram elencados os temas propostos pelas CTs julgados pertinentes ao desenvolvimento dos trabalhos dos Comitês PCJ para serem discutidos durante as reuniões ordinárias e extraordinárias, conforme planejamento da CT. Grupos de Trabalho (GTs) podem ser criados no âmbito da CT para aprofundar as discussões. Os temas deverão ser incorporados às pautas das reuniões e deverão se ater aos objetivos e atribuições das CTs.

Os temas que, após discussão na CT, resultem em diretrizes para contratação de empreendimentos (estudos, planos, projetos, serviços, pesquisas e pareceres) seguirão regulamento específico, a ser aprovado pela CT-PL, a fim de poderem ser incluídos no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ, após aprovação pelos Plenários dos Comitês PCJ. A proposta de regulamento mencionada será elaborada pela Agência das Bacias PCJ.

C) CATEGORIA C: Eventos

Consideram-se atividades da Categoria C aquelas organizadas pelas CTs, que extrapolem as discussões em reuniões ordinárias ou extraordinárias, atividades administrativas, de rotina ou organização interna, e que demandem apoio logístico e financeiro da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ para sua execução. Tais atividades devem se ater ao escopo de atuação das CTs e às regulamentações instituídas, e incluem a realização de visitas técnicas e de eventos, a saber: seminários, mesas-redondas, painel de debates, fóruns, conferências,

workshops, briefings, mini-cursos, brainstormings, encontros, jornadas, oficinas, palestras, formações, talk-shows.

As normas gerais e procedimentos para realização das atividades enquadradas como Categoria C constam no Anexo II da presente Deliberação.

III - METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO

Conforme indicado na seção “II - Enquadramento das atividades dos planos de trabalhos”, as atividades propostas pelas CTs foram divididas em 3 categorias. Aquelas que se enquadram na Categoria A e aquelas que se enquadram na Categoria B foram elencadas em tópicos, de forma a apresentar os aspectos gerais das atividades, que serão detalhadas durante o planejamento e a execução específica de cada uma, a critério da CT, considerando tais passos tratem-se de práticas de organização interna. As atividades que se enquadram na Categoria C foram detalhadas visando maior controle sobre os processos, tendo em vista a necessidade de aporte de recursos financeiros para execução, conforme procedimentos indicados a seguir.

A) Detalhamento das atividades da Categoria C

As atividades, posteriormente enquadradas como Categoria C, foram apresentadas com base nos formulários mostrados nas Figuras 1 e 2, sendo definidos, para tanto, título da atividade, justificativa para seu desenvolvimento, enquadramento nos Programas de Duração Continuada (PDCs) e seus subprogramas, conforme definidos pela Deliberação CRH nº 190/2016, e fonte de recurso financeiro (Figura 1). Para cada atividade foram elencadas as ações envolvidas em sua implementação, bem como seus produtos esperados. Para cada ação foi estabelecido um prazo para sua realização. O conjunto dos prazos resultou no cronograma de execução das atividades (Figura 2).

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Figura 1. Formulário para o detalhamento das atividades.

CÂMARA TÉCNICA DE _____			
<i>Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2020-2021</i>			
ATIVIDADE Nº 01			
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
TÍTULO:			
JUSTIFICATIVA:			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ :			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO:			
	Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A			
B			
C			
D			

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Figura 2. Formulário relativo ao cronograma de execução das atividades.

CÂMARA TÉCNICA DE _____																									
<i>Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho 2020-2021</i>																									
Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	A																								
	B																								
2	A																								
	B																								

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



B) Processo de elaboração e consolidação dos Planos de Trabalho

As atividades propostas pelas Câmaras Técnicas foram encaminhadas à Secretaria Executiva, que realizou, juntamente com a Agência das Bacias PCJ, reunião a fim de avaliar a viabilidade da execução das ações em função dos recursos humanos da entidade e recursos financeiros disponíveis no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2017-2020) para o apoio às CTs.

Após avaliação, foi realizada reunião com as coordenações das CTs para validação. O relatório consolidado foi encaminhado à CT-PL e aos Plenários dos Comitês PCJ para aprovação.

IV – CONSIDERAÇÕES GERAIS E PERSPECTIVAS

O planejamento das atividades das CTs, além de fundamental para a organização e eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelas mesmas, trata-se de esforço adicional empreendido pelos Comitês PCJ para o cumprimento das disposições do Plano das Bacias PCJ, documento norteador das ações no âmbito destes Comitês PCJ.

Os planos de trabalho para 2020 e 2021 prevêem a realização de 23 eventos. Tais eventos, além de proporcionarem a discussão de questões relevantes para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, consistem em oportunidade de divulgação, para a sociedade, das ações realizadas pelos Comitês PCJ e de difusão sobre suas atribuições e competências.

Por fim, a elaboração e divulgação dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas representam a externalização de compromissos dos Comitês PCJ, em particular de suas instâncias consultivas, com o aprimoramento contínuo das ações de fomento e implementação de políticas públicas voltadas à gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.

Dezembro de 2019
SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ

PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Acompanhamento da elaboração e implantação do plano de monitoramento qualitativo das águas subterrâneas nas bacias PCJ
2	Acompanhamento da execução de estudos hidrogeológico para a delimitação de áreas de restrição e controle nas Bacias PCJ
3	Acompanhamento da avaliação da disponibilidade hídrica e recarga no sistema Aquífero Guarani nas Bacias PCJ e estabelecimento de diretrizes para o uso e proteção
4	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-AS para o período 2022-2023
5	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
6	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Banco de dados de poços tubulares das Bacias PCJ
2	Divulgação de conhecimentos em águas subterrâneas nos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
TÍTULO: VI Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ			
JUSTIFICATIVA: Divulgar e ampliar o conhecimento a respeito de assuntos relevantes aos Comitês PCJ no que concerne ao uso e proteção das águas subterrâneas, além de auxiliar na capacitação dos membros da CT-AS. Apresentar e discutir os avanços alcançados pelos Comitês PCJ no que se refere ao gerenciamento das águas subterrâneas.			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 - Subprograma 8.3			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva			
Descrição das ações previstas		Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A	Reuniões específicas	Diretrizes de ação	Até novembro/2021
B	Reuniões específicas	Composição da Comissão Organizadora	Agosto/2021
C	Reuniões específicas	Idealização do Logotipo do Evento	Setembro/2021
D	Reuniões específicas	Definição da Programação do Evento	Até novembro/2021
E	Workshop	Capacitação dos membros da CT-AS e ampliação e difusão de conhecimentos	Novembro/2021

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Cronograma de execução das atividades da Categoria C

Atividade	Ação	2020												2021															
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
1	A																												
	B																												
	C																												
	D																												
	E																												

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Análise e acompanhamento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental em empreendimentos localizados nas Bacias PCJ
2	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-EA para o período 2022-2023
3	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
4	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Ações de educomunicação para a educação ambiental em recursos hídricos
---	--

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
TÍTULO: Fórum “Jovem, vem pro PCJ”			
JUSTIFICATIVA: É fundamental a inclusão e a efetiva participação dos jovens nos Comitês PCJ. Para isto pretende-se a realização deste evento, com foco na troca de experiências entre os Comitês PCJ e grupos da juventude, incluindo a apresentação de trabalhos. O intuito é fomentar a participação dos jovens nos Comitês PCJ.			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 – Subprograma 8.3			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das Câmaras Técnicas			
Descrição das ações previstas		Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A	Elaboração de proposta para a formação/normatização de comitês mirins	Diagnóstico, proposta e normatização de comitês mirins	Janeiro/2020 a outubro/2021
B	Planejamento, produção de materias de divulgação	Materiais de comunicação	Janeiro a setembro/2020
C	Execução do evento	Realização do evento	Janeiro a outubro/2020
D	Elaboração dos anais do evento	Publicação virtual dos anais	Janeiro/2020 a março/2021

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Cronograma de execução das atividades da Categoria C

Atividade	Ação	2020												2021												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1	A																									
	B																									
	C																									
	D																									

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-ID para o período 2022-2023
2	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
3	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Organização de roteiros de visitas técnicas
2	Centro de difusão de pesquisas com novas tecnologias com empresas privadas

CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Realização do II Seminário “Inovações Tecnológicas e pesquisas aplicadas à Gestão de Bacias Hidrográficas”		
JUSTIFICATIVA: Esta atividade tem como objetivo realizar um evento técnico-científico para reunir trabalhos científicos e técnicos, desenvolvidos por instituições de pesquisa e empresas privadas dentro do tema recursos hídricos e gestão de bacias e para divulgar aspectos importantes e avanços dos Comitês PCJ para pesquisadores e estudantes em universidades públicas e privadas e demais instituições de pesquisa. Esta atividade justifica-se pelo potencial que tem de criar fórum para os membros dos Comitês PCJ conhecerem estudos que foram (ou estão sendo) desenvolvidos nas Bacias PCJ e em outras regiões do país. Vale destacar também que a realização do seminário é fundamental para a evolução dos conhecimentos técnicos dos usuários de água das bacias PCJ.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 – Subprograma 8.3		
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das Câmaras Técnicas		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Elaborar planejamento do seminário com data e local de realização, definição de temas (da programação e para apresentação de trabalhos), metodologia para avaliação dos trabalhos, cronograma	Plano do seminário	Fevereiro e março/2020
B Realizar reunião com grupo da Agência das Bacias PCJ para definir apoio para o evento	Apoio estruturado	Março/2020
C Criar calendário	Calendário detalhado	Março/2020
D Convidar palestrantes e buscar apoio das demais CTs	Confirmação de palestrantes; descrição do apoio das demais CTs	Abril e maio/2020
E Divulgação do seminário	Seminário divulgado entre os membros dos Comitês PCJ, em universidades e instituições de pesquisa e demais interessados	Março a junho/2020
F Realização do seminário	Seminário realizado	Agosto/2020
G Avaliação do seminário	Relatório de avaliação do seminário	Setembro/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
TÍTULO: Promoção de atividades e eventos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e inovação (start-ups)			
JUSTIFICATIVA: Realização de palestras e reuniões, voltadas à estruturação de start-ups, ligadas ao desenvolvimento tecnológico e inovação do setor de saneamento e recursos hídricos, com a finalidade de disseminar e divulgar boas práticas, pesquisas e iniciativas nessas áreas.			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 – Subprograma 8.3			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das Câmaras Técnicas			
Descrição das ações previstas		Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento (em meses)
A	Planejar a realização de palestras e reuniões sobre a estruturação de start-ups	Plano de atuação	Fevereiro e março/2020
B	Realização de seminário para apresentação e elucidação dos principais problemas/demandas do saneamento para as start-ups	Seminário “Demandas do Saneamento”	Maio/2020
C	Realização de 2 palestras e 2 reuniões técnicas	Palestras e reuniões	Junho e setembro/2020
D	Identificação de demandas e espaços de interação (de empresas e demais interessados) para o desenvolvimento de tecnologias e inovação	Relatório técnico	Novembro/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
TÍTULO: Realização do III Seminário “Inovações Tecnológicas e pesquisas aplicadas à Gestão de Bacias Hidrográficas”			
JUSTIFICATIVA: Esta atividade tem como objetivo realizar um evento técnico-científico para reunir trabalhos científicos e técnicos, desenvolvidos por instituições de pesquisa e empresas privadas dentro do tema recursos hídricos e gestão de bacias e para divulgar aspectos importantes e avanços dos Comitês PCJ para pesquisadores e estudantes em universidades públicas e privadas e demais instituições de pesquisa. Esta atividade justifica-se pelo potencial que tem de criar fórum para os membros dos Comitês PCJ conhecerem estudos que foram (ou estão sendo) desenvolvidos nas Bacias PCJ e em outras regiões do país. Vale destacar também que a realização do seminário é fundamental para a evolução dos conhecimentos técnicos dos usuários de água das bacias PCJ.			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 – Subprograma 8.3			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das câmaras técnicas			
Descrição das ações previstas		Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A	Elaborar planejamento do seminário com data e local de realização, definição de temas (da programação e para apresentação de trabalhos), metodologia para avaliação dos trabalhos, cronograma	Plano do seminário	Fevereiro e março/2021
B	Realizar reunião com grupo da Agência das Bacias PCJ para definir apoio para o evento.	Apoio estruturado	Março/2021
C	Criar calendário	Calendário detalhado	Março/2021
D	Convidar palestrantes e buscar apoio das demais CTs	Confirmação de palestrantes; descrição do apoio das demais CTs	Abril e maio/2021
E	Divulgação do seminário	Seminário divulgado entre os membros dos Comitês PCJ, em universidades e instituições de pesquisa e demais interessados	Março a junho/2021
F	Realização do seminário	Seminário realizado	Agosto/2021
G	Avaliar o seminário	Relatório de avaliação do seminário	Setembro/2021

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberacao//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS *Cronograma de execução das atividades da Categoria C*

Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		1	A																						
	B																								
	C																								
	D																								
	E																								
	F																								
	G																								
2	A																								
	B																								
	C																								
	D																								
3	A																								
	B																								
	C																								
	D																								
	E																								
	F																								
	G																								

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-Indústria para o período 2022-2023
2	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
3	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Viabilidade do Crédito de Água na gestão de recursos hídricos
---	---

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
TÍTULO: Evento sobre a viabilidade do crédito de água na gestão de recursos hídricos			
JUSTIFICATIVA: O mecanismo de crédito de água poderá ser útil para a implantação de projetos que propiciem o aumento da disponibilidade hídrica pela locação onde haja menor custo e menor impacto ambiental. Também poderá viabilizar projetos de reúso nas situações onde a logística é fator impeditivo.			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 1 – Subprograma 1.2 PDC 8 – Subprograma 8.3			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: Não necessita de recursos financeiros			
	Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A	Realização de evento de um dia	Painel com as visões das partes interessadas no tema	Até junho/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA *Cronograma de execução das atividades da Categoria C*

Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	A																								

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Monitoramento hidrológico quantitativo e qualitativo
2	Acompanhamento da rede telemétrica
3	Acompanhamento do monitoramento qualitativo
4	Acompanhamento da previsão hidrometeorológica para as Bacias PCJ
5	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-MH para o período 2022-2023
6	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
7	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Seminário Monitoramento Hidrológico: Avanços e Desafios		
JUSTIFICATIVA: Divulgar e ampliar o conhecimento a respeito do monitoramento hidrológico quali-quantitativo nas bacias PCJ com destaque a apresentação de <i>cases</i> , experiências, novas tecnologias e inovações a serem buscadas. Espera-se o envolvimento de outras CTs dos Comitês PCJ que possuam conexão com os temas como: águas subterrâneas, difusão e integração, dentre outros.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 - Subprograma 8.3		
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Reuniões específicas	Diretrizes de ação, envolvimento de outras CTs e programação preliminar	Até abril/2020
B Reuniões específicas	Definição da programação do evento e busca de parceiros	Até junho/2020
C Reuniões específicas	Acompanhamento da divulgação e mobilização dos membros para o seminário	Até outubro/2020
D Seminário	Participação dos membros das CTs/Comitês PCJ e realização do seminário	Outubro/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO *Cronograma de execução das atividades da Categoria C*

Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	A																								
	B																								
	C																								
	D																								

PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Monitoramento e divulgação das ações do programa de efetivação do enquadramento do Rio Jundiáí
2	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-OL para o período 2022-2023
3	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
4	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Demandas hídricas das culturas irrigadas
2	Atualização, regularização das outorgas, dispensas de outorgas e licenciamento ambiental, dos usos dos recursos hídricos nas atividades rurais
3	Busca de recursos financeiros de fontes externas
4	Ações previstas no programa de efetivação do enquadramento do Rio Jundiáí
5	Trechos de corpos hídricos de acordo com seus usos preponderantes e pretendidos
6	Curso na plataforma de EAD para o uso dos sistemas eletrônicos de outorga e licenciamento ambiental
7	“PodCast” e “Tutoriais” para o uso dos sistemas eletrônicos de outorga e licenciamento ambiental
8	Diretrizes para outorga coletiva
9	Informação dos bancos de dados de cadastro de outorgas e licenciamento ambiental nas Bacias PCJ, incluindo o PJ, porção mineira

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Acompanhamento dos estudos sobre a revisão de valores das Cobranças PCJ
2	Acompanhamento da elaboração e avaliação dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 05 – Anos-base 2019 e 2020
3	Avaliação sobre a compatibilidade dos Planos de Macrodrenagem das Bacias dos Rios Jundiáí (PDM Jundiáí) e Capivari (PDM Capivari) com as metas e ações do Plano das Bacias PCJ 2020-2035
4	Avaliação sobre o escopo da primeira versão da Política Municipal de Recursos Hídricos e elaboração de proposta preliminar para nova estrutura
5	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-PB para o período 2022-2023
6	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
7	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Acompanhamento do desenvolvimento de plataforma voltada ao acompanhamento da implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e capacitação sobre o seu funcionamento
---	--

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Definição de modelo para a gestão da implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035		
JUSTIFICATIVA: A aprovação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 findou o processo de discussão e pactuação de metas, e das ações necessárias para o seu alcance, no período de vigência do plano. Faz-se necessário, neste contexto, aprofundar as discussões acerca de um modelo para a gestão da implementação do plano, que culmine na proposição de arranjos institucionais e de estratégias de mobilização e comprometimento dos atores envolvidos, visando à realização das ações e o alcance das metas previstas.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 2 – Subprograma 2.1		
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das câmaras técnicas		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Discussão sobre o tema em reunião ordinária da CT-PB e delegação ao GT-Acompanhamento para detalhamento da organização do evento.	Diretrizes para organização do evento (palestrantes) definidas.	Até fevereiro/2020
B Organização e realização da “Oficina 1: Experiências e perspectivas sobre gestão da implementação de Planos de Bacia Hidrográfica”, dimensionado para 40 participantes, com 8 horas de duração.	Oficina 1 realizada. Memória técnica consolidando as discussões elaborada.	Organização: março/2020 Realização: abril/2020 Consolidação: maio/2020
C 03 Reuniões de trabalho (02 do GT-Acompanhamento e 01 da CT-PB) para discussão e consolidação de proposta de modelo para a gestão da implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035.	Parecer Técnico da CT-PB com proposta de modelo para a gestão da implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 elaborado e encaminhado à CT-PL.	Maio a julho/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Fomento ao financiamento das ações previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035		
JUSTIFICATIVA: A operacionalização do Programa de Investimentos previsto no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 constitui um dos grandes desafios à implementação do plano, uma vez que a maior parcela das ações previstas se caracteriza como orçamento estratégico, ou seja, aquele para o qual não há governabilidade pelos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ. Dessa forma, faz-se necessário fornecer subsídios, aos atores locais (municípios, sistemas de saneamento, setor industrial e agrícola, entre outros), para o acesso a fontes de financiamento que possam suprir a demanda por recursos financeiros voltados à execução das ações do orçamento estratégico.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 – Subprograma 8.3		
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de apoio pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das câmaras técnicas		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Organização e realização da “Oficina 1: Contribuições para a elaboração de Termo de Referência para o Plano de Adaptação à Mudança do Clima”, dimensionada para 40 participantes, com 8 horas de duração.	Oficina 1 realizada. Memória técnica consolidando as discussões elaboradas.	Organização: abril e maio/2020 Realização: Junho/2020
B Organização e realização da “Oficina 2: Casos de sucesso relacionados ao financiamento de ações e obras em Saneamento e Recursos Hídricos”, dimensionada para 40 participantes, com 8 horas de duração.	Oficina 2 realizada. Memória técnica consolidando as discussões elaboradas.	Organização: junho e julho/2020 Realização: Agosto/2020
C Organização e realização do Evento “Financiamento de ações e obras em Saneamento e Recursos Hídricos: garantindo a implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035”, dimensionada para 100 participantes, com 8 horas de duração.	Evento realizado. Relatório consolidando as discussões elaborado e encaminhado à CT-PL.	Organização: Setembro e outubro/2020 Realização: Novembro/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Elaboração de relatório sobre avanços, desafios e perspectivas sobre o enquadramento dos corpos d'água superficiais nas Bacias PCJ		
JUSTIFICATIVA: As discussões que permearam a elaboração do Caderno Temático sobre Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais (ECA), bem como os resultados obtidos a partir das simulações no SSD-PCJ, demonstram o porte do desafio a ser enfrentado nas Bacias PCJ, por diversos atores dos Sistemas Estaduais (MG e SP) e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e também externos a estes, relativamente ao atendimento às normas de enquadramento vigentes. Traçar estratégias de articulação entre tais atores requisitará uma avaliação dos avanços realizados e também a constituição de espaços de promoção de discussões técnicas e institucionais de alto nível voltadas a objetivar caminhos a serem seguidos até 2050.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 1 – Subprograma 1.3		
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com recursos financeiros da Secretaria Executiva semelhante ao apoio às reuniões das CTs		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Organização e realização da “Oficina 1: Lições aprendidas sobre o enquadramento de corpos d'água nas Bacias PCJ”, dimensionada para 40 participantes, com 8 horas de duração.	Oficina 1 realizada. Memória técnica consolidando as discussões elaborada.	Organização: Setembro e Outubro/2020 Realização: Novembro/2020
B Organização e realização da “Oficina 2: Perspectivas sobre o atendimento às normas sobre enquadramento de corpos d'água”, dimensionada para 40 participantes, com 8 horas de duração.	Oficina 2 realizada. Memória técnica consolidando as discussões elaborada.	Organização: Outubro e Novembro/2020 Realização: Dezembro/2020
C Organização e realização da “Oficina 3: Articulação entre o setor produtivo, governo e sociedade civil visando o atendimento ao enquadramento dos corpos d'água”, dimensionada para 40 participantes, com 8 horas de duração.	Oficina 3 realizada. Memória técnica consolidando as discussões elaborada. Relatório final com as principais conclusões das oficinas 1, 2 e 3 elaborado e encaminhado à CT-PL.	Organização: Janeiro e Fevereiro/2021 Realização: Março/2021

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS *Cronograma de execução das atividades da Categoria C*

Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	A																								
	B																								
	C																								
2	A																								
	B																								
	C																								
3	A																								
	B																								
	C																								

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Acompanhamento da Rede de Áreas Protegidas PCJ – RAP-PCJ
2	Acompanhamento das condicionantes da outorga do Sistema Cantareira
3	Acompanhamento da implementação das ações previstas no Caderno Temático de Uso e Conservação da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal
4	Participação da CT-RN no GT-Empreendimentos, introduzindo a necessidade de atendimento das ações previstas na Política de Mananciais PCJ
5	Fomento, atualização e acompanhamento da “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ” - Programas I e II. Gestão e Monitoramento da Política - Programas I e II
6	Fomento, atualização, gestão e monitoramento dos Programas III e IV da Política de Mananciais PCJ
7	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-RN para o período 2022-2023
8	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
9	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Atividades mineradoras e seus impactos sobre os recursos naturais
2	Modelos de ação para criar sinergismo entre as diferentes políticas públicas municipais existentes
3	Indicadores para avaliação e monitoramento de bacias hidrográficas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
Título: Fomento, atualização e acompanhamento da “ Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ ” - Programas I e II. Gestão e Monitoramento da Política - Programas I e II		
Justificativa: com a aprovação da Política de Mananciais PCJ, a CT-RN, em conjunto com a CT-Rural, através do GT-Mananciais, deve fomentar, apoiar e acompanhar a implantação das ações previstas na política, particularmente nos seus programas I e II. São previstas atualizações conforme a discussão e avanços nos programas da política. Esta atividade será realizada pelo GT-Mananciais.		
Subprograma em que se enquadra ¹ : PDC 4 – Subprogramas 4.1 e 4.2		
Fonte de recurso financeiro: com previsão de recursos pela Secretaria Executiva similar ao apoio às reuniões das Câmaras Técnicas		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Realização de Workshop integrado com o lançamento dos editais da política para os programas I e II / Seminário Mudanças Climáticas / Portfólio / Cases para possíveis investidores	Workshop ou seminário realizado; documento Relatório Síntese e outros registros do evento; folder sobre a Política atualizado	Maio 2020 (II) Maio 2021 (III)

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: Fomento, atualização, gestão e monitoramento dos Programas III e IV da Política de Mananciais PCJ			
Justificativa: As áreas protegidas representam mais de 20% do território do trecho paulista das Bacias PCJ. A gestão adequada desses espaços representa uma grande oportunidade para a melhoria na qualidade e quantidade da água produzida nas bacias. A presente ação pode contribuir significativamente para a efetiva implantação desses espaços a medida que promove o envolvimento da comunidade na gestão das áreas. Realizada no âmbito nos comitês PCJ, as ações podem ainda contribuir significativamente para a desejável integração regional entre as ações ligadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a Política Nacional de Recursos Hídricos. Em função da importância das áreas protegidas, sejam regularizadas ou apenas fragmentos florestais, para manutenção da biodiversidade e contribuição para a restauração ambiental da região espera-se a identificação, o mapeamento e gestão em rede destes fragmentos visando auxiliar na recuperação ambiental das Bacias do PCJ, bem como criar corredores de interligação física destes fragmentos. Corredores de passagem de fauna, rodovias, etc. Para que isso se efetive, é fundamental que seja estabelecido um processo de aprendizado contínuo com a participação gestores públicos, academia e comunidade em geral. Esta atividade será realizada pelo GT-Áreas Protegidas.			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 2 – Subprograma 2.5 PDC 4 – Subprograma 4.1			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de recursos pela Secretaria Executiva similar ao apoio às reuniões das Câmaras Técnicas			
Descrição das ações previstas		Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A	II Workshop Reconecta RMC	II Workshop realizado; relatório final; banners das UCs e mapas elaborados	6 meses
B	Elaboração de cartilha sobre as áreas protegidas das bacias PCJ (em conjunto com a CT-EA)	Cartilha digital e física sobre as áreas protegidas das bacias PCJ	6 meses
C	Estudo sobre viabilidade de investimento de valores arrecadados com a cobrança pelo uso da água em ações de proteção de áreas protegidas	Proposta de mecanismo para compensação financeira às UCs pela contribuição ao fornecimento d'água à população.	6 meses
D	Estudo sobre a regulamentação do Art nº 47 do SNUC	Proposta de regulamentação	6 meses

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
<p>Título: Indicadores para avaliação de bacias hidrográficas, monitoramento e gestão de projetos da Política de Mananciais</p>		
<p>Justificativa: Saber quais são as informações necessárias em um processo de gestão implica trabalhar o conhecimento sob diferentes abordagens, para que, a partir dessas perspectivas, se entenda a gestão sob diferentes enfoques. Entre as diversas abordagens destaca-se a adoção de indicadores. Qualquer que seja a área de estudo, qualquer que seja o setor da economia, qualquer que seja o contexto analisado, os indicadores caracterizam-se como parte fundamental de um processo de gestão (JANNUZZI, 2017). No discurso da sustentabilidade, indicadores referentes à questão social, econômica e ambiental são imprescindíveis para estudos do tema e enriquecidos quando acompanhados de outros pilares como, por exemplo, a questão cultural e a questão tecnológica. A CT-RN, em trabalho conjunto com a CT-ID pretendem incrementar a Política de Mananciais PCJ desenvolvendo indicadores para as microbacias hidrográficas e com isso obtendo uma classificação inicial similar as existentes atualmente para os rios das Bacias PCJ. Inicialmente está previsto um enquadramento de microbacias de abastecimento ou enquadramento dos mananciais priorizados utilizando-se indicadores que levem em consideração não só as condições hidrológicas, mas também as sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais, podendo propor em seguida um reenquadramento dessas microbacias através das ações previstas nos programas I a IV da Política. Para viabilizar essa ação propõe-se a criação de parcerias com outras instituições de ensino superior e entidades de pesquisa nacionais e internacionais, tendo em vista a crescente escassez dos recursos hídricos, enfatizada também pelas Organizações das Nações Unidas no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número 6, água potável e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p>		
<p>Subprograma em que se enquadra¹: PDC: 2 – Subprograma 2.05 PDC: 4 – Subprograma 4.01</p>		
<p>Fonte de recurso financeiro: há diversas demandas por recursos financeiros, incluindo coffee-break, mapas, cartilhas, folders, banners..</p>		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
<p>A Dois workshops internacionais com a temática indicadores para bacias hidrográficas</p>	<p>Dois workshops realizados para apresentação dos primeiros resultados obtidos sobre indicadores para bacias hidrográficas e troca de experiências com pesquisadores estrangeiros.</p> <p>Publicação de Relatório de Evento</p>	<p>6 meses para cada um</p> <p>1º Agosto de 2020</p> <p>2º Agosto de 2021</p>

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS *Cronograma de execução das atividades da Categoria C*

Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	A																								
2	A																								
	B																								
	C																								
	D																								
3	A																								

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Alternativas visando a especificação de hidrômetros a serem utilizados nas propriedades rurais
2	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-Rural para o período 2022-2023
3	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
4	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Plano Municipal de Saneamento Rural
2	Pagamento por Serviços Ambientais para todas as áreas rurais

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Incentivo ao protocolo agroecológico junto aos proprietários rurais		
JUSTIFICATIVA: A crescente demanda pela população em relação ao consumo de produtos agrícolas saudáveis faz se necessário que os nossos governantes revejam as políticas públicas de tal forma a incentivar que referidas produções agrícolas passem a ser efetuadas de forma agroecológica, para isso é necessário a formalização de parcerias para fomentar as instalações adequadas de referidas culturas para passarem da produção convencional para a ecológica, visando a melhoria da qualidade das águas, buscar recursos junto ao FEAP SAA/SP subvencionado. É importante frisar que o pequeno proprietário rural 80% deles é que colocam alimento na mesa da comunidade, potenciais fornecedores juntos às Prefeituras para a merenda escolar.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA¹: PDC 8 – Subprograma 8.1		
FONTES DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de recursos pela Secretaria Executiva similar ao apoio às reuniões das Câmaras Técnicas		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Palestra com especialista sobre protocolo de transição da produção convencional para a agroecológica	Conhecimento da norma	Janeiro e fevereiro/2020
B Visita técnica em uma propriedade agroecológica	Produtores rurais interessados em produção agroecológica	Outubro/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
TÍTULO: Incentivo a utilização de novas tecnologias de sistemas de irrigação localizada			
JUSTIFICATIVA: A crescente demanda de água para diversos usos é necessária rever as políticas públicas, principalmente instrumentos de gestão levando-se em consideração que no Brasil pouco se reserva água sendo o local mais privilegiado as propriedades rurais que segundo a FAO utiliza-se ainda do sistema convencional e segundo a instituição se a produção passar a utilizar dessa nova tecnologia de mercado “irrigação localizada” a produção triplicaria e a redução do consumo de água cairia pela metade. Vide livro: “Agricultura Irrigada Sustentável no Brasil” tem como objetivo elaborar estratégias para fomentar a agricultura irrigada no Brasil. Referido livro foi lançado no 8º Fórum Mundial da Água pela FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. A SAA/SP possui linhas de financiamento específica para mudanças de tecnologia de irrigação, assim serão debatidas estratégias para captação desses recursos.			
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA¹: PDC 8 – Subprograma 8.1			
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de recursos pela Secretaria Executiva similar ao apoio às reuniões das Câmaras Técnicas			
Descrição das ações previstas		Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A	Palestra com especialista na área	Capacitação dos membros da CT-Rural	Abril/2020
B	Visita a um projeto já instalado	Visita técnica por produtores rurais interessados	Junho/2020
C	Elaboração de proposta para divulgação da tecnologia de irrigação localizada	Folder e outras Mídias	Agosto/2020
D	Estratégias para captação desses recursos da SAA	Relatório de alternativas de captação de recursos	Agosto/2021

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL *Cronograma de execução das atividades da Categoria C*

Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	A	■	■																						
	B									■															
2	A				■																				
	B					■																			
	C							■																	
	D																		■						

PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Análise técnica dos empreendimentos de demanda espontânea a serem financiados pelos Comitês PCJ com recursos das Cobranças PCJ
2	Acompanhamento da revisão da Portaria de Consolidação nº 5/2017, que substitui a Portaria nº 2.914/2011 sobre potabilidade de água
3	Acompanhamento da elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiaí – PDM-BHJ
4	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-SA para o período 2022-2023
5	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
6	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Programa de gestão de resíduos sólidos
2	Ações de controle de perdas, em conformidade com o Plano de Bacias
3	Proposição da Política de Drenagem das Bacias PCJ

PLANO DE TRABALHO 2020-2021 CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

CATEGORIA A: Atividades de rotina

1	Acompanhamento da elaboração de um Guia Prático para o Desenvolvimento do Plano de Segurança da Água (PSA)
2	Participação nas atividades de debate para finalização dos cadernos temáticos da revisão do Plano de Bacias em consonância com a Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ
3	Elaboração do Plano de Trabalho da CT-SAM para o período 2022-2023
4	Acompanhamento da apresentação de resultados dos trabalhos (TCCs) dos estudantes da pós-graduação indicados pela CT
5	Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CATEGORIA B: Temas para discussão

1	Guia Prático para o Desenvolvimento de um Plano de Segurança da Água (PSA)
2	Reenquadramento do Córrego da Servidão
3	Cartilhas “Cada gota conta” e “Cada gota alerta”
4	Sistema de classificação de desempenho dos municípios das Bacias PCJ integrando aspectos relacionados ao saneamento, recursos hídricos e saúde ambiental
5	Condições de qualidade da água bruta para fins de abastecimento público, com foco em segurança da água

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



CATEGORIA C: Eventos

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Divulgação do Guia Prático para o Desenvolvimento de um Plano de Segurança da Água (PSA)		
JUSTIFICATIVA: Trata-se de produto contratado pela Agência PCJ, para auxiliar os municípios na elaboração de Planos de Segurança da Água que deve ser divulgado no âmbito dos Comitês PCJ.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ :		
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: com previsão de recursos pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das Câmaras Técnicas		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Lançamento do Guia PSA no seminário	Realização do seminário e lançamento do Guia PSA	Julho/2020

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
TÍTULO: Seminário anual da CT-SAM		
JUSTIFICATIVA: Propagar conhecimento de temas importantes relacionados à saúde ambiental das bacias PCJ, tais como prevenção da poluição por agrotóxicos, toxicidade, contaminantes emergentes, eutrofização, Plano de Segurança da Água e divulgar trabalhos desenvolvidos nos Cursos de Pós-graduação financiados pela Agência PCJ, afetos ao tema.		
SUBPROGRAMA EM QUE SE ENQUADRA ¹ : PDC 8 – Subprograma 8.3		
FONTE DE RECURSO FINANCEIRO: previsão de apoio pela Secretaria Executiva similar ao proporcionado às reuniões das Câmaras Técnicas.		
Descrição das ações previstas	Produtos esperados	Prazo para desenvolvimento
A Organização de seminário anual da CT-SAM	Seminários realizados	Agosto a outubro/2020 e agosto a outubro/2021

¹ Conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos, disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/11853/deliberacao_crh_190.pdf

CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL *Cronograma de execução das atividades da Categoria C*

Atividade	Ação	2020												2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	A																								
2	A																								

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ANEXO II – Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/19, de 13/12/2019

NORMAS GERAIS, PROCEDIMENTOS E ORÇAMENTO PARA SUPORTE À REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

Exercício 2020



COMITÊS PCJ

NORMAS GERAIS, PROCEDIMENTOS E ORÇAMENTO PARA SUPORTE À REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

I - INTRODUÇÃO

A partir dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, definidos no Anexo I, foram estabelecidas regras e orientações gerais para o suporte à realização das atividades, incluindo orçamento anual específico para cada uma das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para o exercício 2020.

As despesas oriundas das demandas das CTs serão registradas e classificadas, especificamente, em 3 grupos de despesas para fins de custeio com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), a saber:

- **GRUPO I – Despesas de viagens:** neste Grupo estão previstas despesas com pagamento de diárias aos membros das CTs, conforme Deliberações dos Comitês PCJ nºs 282/2017 e 304/2018;
- **GRUPO II – Despesas com organização de reuniões de Câmaras Técnicas:** neste Grupo estão previstas despesas com *coffee break* e outros materiais para suporte às reuniões das CTs e dos GTs;
- **GRUPO III – Despesas para organização de eventos:** neste Grupo estão previstas despesas decorrentes da realização de eventos pelas CTs previstos na Categoria C.

II - PRÉ-REQUISITOS PARA CUSTEIO DE DESPESAS

As contratações das ações previstas nos Grupos I, II e III, definidas neste anexo, serão realizadas pela Agência das Bacias PCJ, mediante solicitação da coordenação da respectiva CT, com base nas ações previstas nos seus Planos de Trabalhos, constantes no Anexo I da presente Deliberação. Para a efetivação das contratações, devem ser atendidos os seguintes pré-requisitos:

- As ações referentes às despesas solicitadas pelas coordenações das CTs devem constar nos respectivos Planos de Trabalho consolidados no Anexo I da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/2019;
- As coordenações das CTs devem estar em dia com a entrega para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, das atas das reuniões realizadas e suas respectivas listas de presença;
- As solicitações de custeio das atividades enquadradas no Grupo I devem ser realizadas conforme Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017, alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 329/2019;
- As solicitações de custeio de atividades enquadradas no Grupo II devem ser realizadas com no mínimo 07 dias de antecedência da realização da reunião;
- As solicitações de custeio de atividades enquadradas no Grupo III devem ser realizadas com no mínimo 60 dias de antecedência da realização do evento;

III - CONDICIONANTES PARA CUSTEIO DE DESPESAS

Além dos pré-requisitos estabelecidos no item II, para a efetivação das contratações, devem ser observadas as seguintes condicionantes:

- Não serão custeadas diárias ou ressarcimento de despesas além do limite estabelecido na Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017;
- Não serão custeadas diárias ou ressarcimento de despesas aos coordenadores para a participação em eventos externos que não estejam autorizados pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ;
- Para cada Grupo de despesas será previsto o montante necessário por CT, para as despesas de acordo com as ações do Plano de Trabalho, constante do Anexo I;
- Não será permitido o remanejamento de verbas de um grupo de despesas para outro, exceto quando houver justificativa do coordenador aprovada pelo secretário-executivo dos Comitês PCJ e pelos ordenadores de despesas da Agência das Bacias PCJ;
- Não será permitido o remanejamento de verbas entre Câmaras Técnicas, exceto quando houver justificativa conjunta dos coordenadores envolvidos aprovada pelo secretário-executivo dos Comitês PCJ e pelos ordenadores de despesas da Agência das Bacias PCJ;
- Quando realizadas atividades em conjunto, os custos serão rateados conforme acordado entre as Câmaras, observados os limites dos respectivos orçamentos;
- Eventuais saldos apurados, em cada CT, ao final do exercício não poderão ser utilizados no exercício seguinte;
- As CTs poderão remanejar os cronogramas das atividades dentro do mesmo ano;
- A Coordenação Financeira da Agência das Bacias PCJ informará mensalmente os gastos realizados por cada Câmara Técnica à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, a qual será responsável por divulgar os dados para as coordenações das CTs.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



IV – ORÇAMENTO

Grupo de despesa	CT-AS Águas Subterrâneas	CT-EA Educação Ambiental	CT-ID Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias	CT-Indústria Uso e Conservação da Água na Indústria	CT-MH Monitoramento Hidrológico	CT-OL Outorgas e Licenças	CT-PB Plano de Bacias	CT-RN Proteção e Conservação dos Recursos Naturais	CT-Rural Uso e Conservação da Água no Meio Rural	CT-SA Saneamento	CT-SAM Saúde Ambiental	TOTAL	%
DESPESAS DE VIAGEM	R\$21.944,85	R\$27.014,85	R\$20.930,85	R\$23.972,85	R\$20.930,85	R\$24.986,85	R\$26.000,85	R\$28.028,85	R\$40.196,85	R\$23.972,85	R\$24.986,85	R\$282.967,35	63,78%
I Diárias para membros da sociedade civil	R\$5.070,00	R\$10.140,00	R\$4.056,00	R\$7.098,00	R\$4.056,00	R\$8.112,00	R\$9.126,00	R\$11.154,00	R\$23.322,00	R\$7.098,00	R\$8.112,00	R\$97.344,00	21,94%
Diárias para membros das coordenações das Câmaras Técnicas	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$11.027,25	R\$121.299,75	27,34%
Participação no ENCOB 2020	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$5.847,60	R\$64.323,60	14,50%
ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES CT	R\$6.060,00	R\$7.580,00	R\$3.780,00	R\$5.300,00	R\$12.900,00	R\$6.060,00	R\$6.820,00	R\$7.580,00	R\$8.340,00	R\$6.820,00	R\$6.820,00	R\$78.060,00	17,60%
II Contratação de <i>Coffee Break</i>	R\$4.560,00	R\$6.080,00	R\$2.280,00	R\$3.800,00	R\$11.400,00	R\$4.560,00	R\$5.320,00	R\$6.080,00	R\$6.840,00	R\$5.320,00	R\$5.320,00	R\$61.560,00	13,88%
Material gráfico / Locação de equipamentos / Outros gastos	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$1.500,00	R\$16.500,00	3,72%
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	R\$0,00	R\$5.900,50	R\$11.801,00	R\$5.900,50	R\$5.900,50	R\$0,00	R\$23.602,00	R\$5.900,50	R\$11.801,00	R\$5.900,50	R\$5.900,50	R\$82.607,00	18,62%
III Locação de equipamentos	R\$0,00	R\$2.000,00	R\$4.000,00	R\$2.000,00	R\$2.000,00	R\$0,00	R\$8.000,00	R\$2.000,00	R\$4.000,00	R\$2.000,00	R\$2.000,00	R\$28.000,00	6,31%
Gastos com palestrantes	R\$0,00	R\$1.760,50	R\$3.521,00	R\$1.760,50	R\$1.760,50	R\$0,00	R\$7.042,00	R\$1.760,50	R\$3.521,00	R\$1.760,50	R\$1.760,50	R\$24.647,00	5,56%
Material gráfico	R\$0,00	R\$1.000,00	R\$2.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$0,00	R\$4.000,00	R\$1.000,00	R\$2.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$14.000,00	3,16%
<i>Coffee Break</i>	R\$0,00	R\$1.140,00	R\$2.280,00	R\$1.140,00	R\$1.140,00	R\$0,00	R\$4.560,00	R\$1.140,00	R\$2.280,00	R\$1.140,00	R\$1.140,00	R\$15.960,00	3,60%
TOTAL	R\$28.004,85	R\$40.495,35	R\$36.511,85	R\$35.173,35	R\$39.731,35	R\$31.046,85	R\$56.422,85	R\$41.509,35	R\$60.337,85	R\$36.693,35	R\$37.707,35	R\$443.634,35	100,00%
%	6,31%	9,13%	8,23%	7,93%	8,96%	7,00%	12,72%	9,36%	13,60%	8,27%	8,50%	-	-

Notas:

1) Levou-se em consideração os limites estabelecidos para pagamento de despesas de viagem na Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017, de 15/12/2017, bem como a quantidade de membros que representam a sociedade civil em cada Câmara Técnica;

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



- 2) Para o ENCOB 2020, levou-se em consideração a Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017, de 15/12/2017, a qual trata dos valores para pagamento de diárias e a Deliberação dos Comitês PCJ nº 304/2018, de 14/12/2018, que fixa a quantidade de representantes das Câmaras Técnicas no ENCOB;
- 3) Para estimar os gastos com coffee break para organização de reuniões de Câmaras Técnicas foram consideradas 8 reuniões e a média de participantes por reunião no período de 2018 e 2019, bem como o valor médio de R\$19,00 por pessoa;
- 4) Para os gastos com organização de eventos levou-se em consideração a estimativa de eventos a serem realizados em 2020 bem como a participação média de 60 pessoas. Além disso, considerou-se locação de equipamentos audiovisuais, de informática, de som e iluminação, despesas de deslocamento com palestrantes (diárias para hospedagem e alimentação, passagens aéreas, conforme couber), material para divulgação do evento e *coffee break*.